

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 566.688 - SP (2020/0066969-5)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
AGRAVANTE : NELSON ANTONIO CARDOSO RIBEIRO (PRESO)
ADVOGADO : LUIZ FERNANDO MARQUES GOMES DE OLIVEIRA -
SP242824
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto por NELSON ANTONIO CARDOSO RIBEIRO, em face da decisão de fls. 224/225, que indeferiu liminarmente o *habeas corpus*, por não ter sido a questão apreciada na origem.

Alega o agravante que a decisão de prisão preventiva não apresenta fundamentação concreta, pois limitou-se a invocar a gravidade abstrata do crime, elemento insuficiente para justificar a decretação da medida de prisão, sendo o caso de mitigação da Súmula 691 do STF pois verificada situação de flagrante ilegalidade.

Requer, portanto, a reconsideração da decisão agravada ou que o agravo seja submetido à Turma, para que seja provido, no sentido de conceder o *habeas corpus*.

Considerando as alegações da defesa, verifica-se que a questão foi apreciada na decisão de fls. 17-18, razão pela qual, em nome do princípio da celeridade e da economia processual, reconsidero a decisão para que o *habeas corpus* tenha regular processamento, e passo a apreciar a liminar requerida.

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de NELSON ANTONIO CARDOSO RIBEIRO, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, que indeferiu a liminar no *writ* de origem.

O paciente foi preso em flagrante, convertido em prisão preventiva, pela prática dos crimes tipificados nos arts. 33 e 35 da Lei 11.343/2006 e 244-B do ECA.

O impetrante argumenta que não houve situação de flagrância, pois o paciente não foi encontrado logo após a prática do crime, com instrumentos relativos à traficância, nem mesmo droga. Alega que a decisão de prisão preventiva não apresenta fundamentação idônea e não estão presentes os requisitos do art. 312 do CPP.

Requer a concessão da ordem, para revogação da prisão preventiva ou a substituição por medidas cautelares alternativas.

Na origem, processo n. 1500239-11.2020.8.26.0201, ainda não foi

oferecida a denúncia, conforme informações processuais eletrônicas do sítio do Tribunal *a quo* consultadas em 19/3/2020.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

No caso, a decisão de preventiva assim dispôs (fls. 163/165):

2) Segundo consta, **NELSON ANTONIO CARDOZO RIBEIRO, MATHEUS SOUZA MENDES DA SILVA, DOUGLAS APARECIDO OFSVIANNA SOUZA e JONATHAN HENRIQUE GODOY** foram autuados em flagrante pela prática dos crimes previstos nos artigos 33 e 35 da Lei de Drogas e art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente. O Ministério Público se manifestou pela decretação da prisão em flagrante de todos os autuados. Os Defensores dos autuados, por suas vezes, pugnaram pela concessão da liberdade provisória de todos. 3) É caso de conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva, pois presentes os seus requisitos e pressupostos. Há indícios de autoria e de materialidade de crimes apenados com penas máximas superiores a 04 anos, sendo cabível a prisão preventiva nos termos do art. 313, inciso I, do Código de Processo Penal. **Além disso, os fatos atribuídos aos autuados é gravíssimo, consistente na prática de tráfico e de associação para o tráfico, além de corrupção de menores.** Por fim, nenhum dos autuados demonstrou possuir ocupação lícita, o que faz presumir, ao menos nesta sede pré-processual, em que a cognição é sumária, que fazem do tráfico um modo de vida. Pelo que consta dos autos, os autuados foram presos em flagrante em decorrência de cumprimento de mandado de busca domiciliar expedido por esta Vara, já que havia indícios da prática de tráfico de drogas e formação de associação criminosa, conforme informações obtidas pelo setor de inteligência da Polícia Civil, **conforme as quais o autuado Nelson utilizava-se de terceiras pessoas, no caso seus comparsas, para guardar, transportar e vender drogas sob seu comando. Por ocasião do cumprimento, na residência de Nelson, onde também se encontrava Matheus, foi encontrada a importância de R\$ 601,00 (seiscentos e um reais) em notas diversas na carteira do primeiro e, em poder do segundo, a importância de R\$ 67,00 (sessenta e sete reais). Dentro do armário também havia uma balança de precisão. Na residência onde Matheus estava residindo, por sua vez, foram encontradas 09 porções de maconha embaladas individualmente, e 158 pinos plásticos vazios destinados ao armazenamento de drogas. Na residência de Douglas, foi encontrado um tubo grande de PVC com 05 pedras de cocaína, 01 porção em pó de crack e 50 pinos contendo**

cocaína. Também foi localizada uma balança de precisão e dezenas de pinos plásticos vazios, sendo que no quarto dele foi localizado um pino de cocaína e uma balança de precisão. Em relação a Jonathan, ao perceber que os policiais se dirigiram à residência errada, jogou no quintal desta um tijolo de maconha e empreendeu fuga. Consta ainda que houve a participação de um adolescente (E. P. dos S. A.). Portanto, ao contrário do que alega o Ilustre Defensor dos autuados Matheus, Douglas e Jonathan, **não há que se falar em gravidade abstrata, mas fatos concretamente graves, legitimando, sim, a decretação da prisão preventiva.** Nenhuma razão, por fim, assiste à Ilustre Defesa de Nelson, uma vez que as escutas telefônicas foram prorrogadas rigorosamente dentro dos parâmetros legais, cujos autos serão devidamente apensados no momento processual oportuno (art. 8º, parágrafo único, da Lei 9.296/9). As demais alegações são pertinentes ao mérito. Por ora, remanescem indícios de autoria e de materialidade, os quais, aliados aos pressupostos e hipóteses de cabimento da prisão preventiva, tornam a sua decretação medida de rigor. Tais circunstâncias tornam descabidas quaisquer outras medidas cautelares diversas.

Como se vê, a decisão de prisão apresenta fundamento válido, pois evidencia a gravidade do crime diante das circunstâncias fáticas, haja vista a quantidade de droga apreendida, além de balança de precisão, bem como a participação de adolescente na empreitada delitiva.

Pacífico é o entendimento nesta Corte Superior de que, embora não sirvam fundamentos genéricos (do dano social gerado por tráfico, crime hediondo, ou da necessidade de resposta judicial) para a prisão, podem a periculosidade e riscos sociais justificar a custódia cautelar no caso de tráfico, assim se compreendendo a especialmente gravosa natureza ou quantidade da droga. Nesse sentido: HC n. 291125/BA – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 3/6/2014; AgRg no RHC n. 45009/MS – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 27/5/2014; HC n. 287055/SP – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 23/5/2014; RHC n. 42935/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 28/5/2014.

Esta Corte tem compreendido que a prática do delito com envolvimento de adolescente constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: RHC n. 53.411/CE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 09/04/2015; HC n. 312.760/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Jorge Mussi – DJe 25/05/2015; e RHC n. 38.586/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 23/08/2013.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas

cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Assim, não se verifica na hipótese flagrante ilegalidade a ensejar a superação do óbice da Súmula 691 do STF, visto que houve fundamento válido para a decretação da prisão preventiva do agravante. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E POSSE DE MUNIÇÃO DE USO PERMITIDO. SÚMULA N. 691 DO STF. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA NA SENTENÇA CONDENATÓRIA. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. O mérito da impetração originária não foi analisado pelo Tribunal a quo, a atrair o impeditivo da Súmula n. 691 do STF, que só é ultrapassado nos casos em que a ilegalidade é tão flagrante que não escapa à pronta percepção do julgador.

2. O Juízo de primeiro grau manteve a prisão cautelar em razão da necessidade de assegurar a aplicação da lei penal e da própria sentença condenatória, que estabeleceu o regime fechado não apenas diante da hediondez do crime de tráfico, mas, sobretudo, pela "grande quantidade de drogas e sua diversidade", pois o paciente foi flagrado com quase 1 kg de maconha e mais de 300 gramas de cocaína, além de estar na posse de "munição de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar".

3. Como não está evidenciada, de pronto, ilegalidade manifesta ou mácula no indeferimento da liminar pleiteada no habeas corpus impetrado perante o Colegiado estadual, não se justifica a intervenção imediata e prematura desta Corte Superior. De toda forma, a análise feita nesta oportunidade não preclui o exame mais acurado da matéria, em eventual impetração que venha a ser aforada a partir da decisão colegiada do Tribunal de Justiça.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no HC 546.720/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 03/12/2019, DJe 06/12/2019)

Ante o exposto, indefiro liminarmente o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator